



PELA AUTONOMIA DOCENTE E PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

A plataforma da economia é fenômeno recente e crescente no mundo social e empresarial como um todo, guiado principalmente por interesses corporativos e empresariais. O alcance da internet móvel e o uso ampliado de aplicativos de celulares, tornou o fenômeno comum e de fácil acesso à população em geral. A uberização ou appificação se instalou entre nós e seu uso foi acelerado e crescente durante a crise pandêmica. Não seria diferente com a educação.

É necessário contextualizar o advento da crise sanitária com as intencionalidades que já estavam em curso anteriormente e que se aprofundaram com a aceleração do uso da plataforma na educação. Com a crise pandêmica a educação foi profundamente atingida pela necessidade de distanciamento físico e passou a ser mediada por plataformas e aplicativos. É importante lembrar que estava e continua em curso um programa de mercantilização da educação pública no Brasil, guiado pelas reformas educacionais que possuem viés neoliberal, como a reforma do Ensino Médio com a lei 13.415/2017; entre outras medidas que seguem na atualidade em pauta no Parlamento, no Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação.

Não tão inocentemente, as plataformas trazem em si o perigo da dominação tecnológica que vai desde a extração de dados dos(as) usuários(as) à produção de conteúdo e conhecimento. As *Big Techs*, grandes conglomerados empresariais de tecnologia, como a Google, Amazon, Facebook e Microsoft que juntas valem cerca de US\$ 10 trilhões, vão extrair dados pessoais e impondo conteúdos e conhecimentos. Isso tudo sem o consentimento de professores(as) e estudantes que são tomados(as) como usuários(as) destes aplicativos.

Não é preciso muito para saber, que cada vez mais esvaziam-se os papéis de professores(as) e estudantes na produção de ensino e aprendizagem respectivamente. Cada vez mais serão necessários menos professores(as) e mais monitores(as) e tutores(as) sem qualificação, tomados apenas como suporte para mediação entre a tecnologia e estudante. Isso já é fato quando analisados o que se passa com a

privatização do ensino profissionalizante no Paraná, onde a UNICESUMAR conseguiu um contrato generoso com o estado para aulas no modelo em EaD que tem revoltado estudantes, pais e mães pela baixa qualidade e falta de aprendizagem que produzem

As escolas tendem a se tornar centros de certificação, uma vez que avança na educação, via Inteligência Artificial (AI), as ferramentas de conteúdo, como ocorre com a Redação Paraná, em que essa tecnologia está presente, e o sistema processa parte da correção da redação. A ação do professor(a) traduz-se em cobrar dos(as) estudantes que digitem a redação na plataforma. Aliás, toda a escola tem sido cobrada para que as redações estejam no sistema.

De igual forma, os(as) estudantes e professores(as) têm sido orientados(as) a acessarem o Inglês Paraná, uma plataforma que oferece um curso on-line de inglês baseado no Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas que descreve as competências linguísticas que os(as) estudantes(as) deverão atingir em cada nível de aprendizagem (estão previstos 6 níveis). Esse quadro é definido pela União Europeia. A plataforma contempla, ainda, as habilidades previstas na BNCC.

Com o objetivo de atingir metas e resultados estipulados pela Seed, sem nenhuma participação da escola, há hoje a necessidade de se mensurar tudo que se produz no dia a dia para um acompanhamento full time e on-line. Daí o planilhamento, a plataformização, o rígido controle de dados e da frequência como o utilizado no “presente na escola”. Outro exemplo tem sido o uso do CREP, uma plataforma descritiva do que o(a) professor(a) precisa ensinar em determinado tempo, independente das condições de aprendizagem dos(as) estudantes. Junta-se a isso um conjunto de dinâmicas chamadas pela Seed de metodologias ativas que devem ser usadas em sala de aula. Usa-se até de uma pirâmide de aprendizagem que ninguém sabe a autoria para justificar as intervenções nos conteúdos e formas de ensinar e de aprender. Esvazia-se o sentido pedagógico da escola e, todos(as), professores(as), pedagogos(as) e estudantes passam a ser autômatos a serviço da produção e do desempenho imposto pela plataformização.

Não obstante, as plataformas são usadas como indicadores de eficiência e produtividade, em uma concepção de avaliação meritocrática e de um sistema de gratificação e de responsabilização das escolas.

O retrocesso educacional no Paraná é gigante e só não é maior que o sistema burocratizado e robótico que se criou para se manter este mesmo sistema. São as tutorias, os(as) embaixadores(as), as chefias de NRE e algumas direções de escola, além da própria Seed, que exigem resultados a partir do monitoramento exaustivo do uso das plataformas. Para a Seed, mais importante que estudantes e professores(as) tem sido o uso das plataformas.

Nas escolas imperam o vazio pedagógico e a ausência de teorias educacionais emancipadoras. A tecnoburocratização se consolida a partir do controle, disciplinamento, punição e dominação das estruturas institucionais e de seus agentes – como as tutorias, embaixadores(as), chefias de Núcleos Regionais da Educação e alguns diretores(as) de escola – sobre os(as) educadores(as) e estudantes a partir do uso de tecnologias que servem como “vigias” do que se produz no dia a dia escolar. Se um(a) professor(a) não preencher o LRCO é comunicado, quase que imediatamente, para fazê-lo. Se os(as) estudantes não digitaram suas redações no sistema Redação Paraná, professores(as) são cobrados para que exijam do(a) estudante que o façam, mesmo em situações comuns que nas escolas não existem computadores para todos(as). Temos até o absurdo de professores(as) ou equipe pedagógica que digitam as redações para os(as) estudantes.

O uso a qualquer custo das ferramentas tecnológicas e as relações verticalizadas que se instalaram nas escolas, neste governo, em que o medo e a coação tem sido regra, tem levado ao cansaço e ao adoecimento. Podemos dizer que vivemos uma escola do cansaço. Adoecimento psicológico, emocional e físico. Cansaço por excesso, exaustão e multitarefas que a lógica da plataformização trouxe às escolas e aprofundou a cobrança por desempenho e o enaltecimento de produtividade e números, como um todo.

Isto sem falar na falta de condições estruturais das escolas, como internet adequada e laboratórios de informática devidamente equipados. Na prática o que temos visto é a pressão por resultados sem considerar as condições concretas em que se dá o processo de ensino e aprendizagem. Ao vender a imagem de uma política de sucesso no Paraná através do IDEB, escondem-se as mazelas pelas quais atravessam os(as) profissionais da educação, como a tutela, o controle e a coerção sobre as escolas e seus/suas profissionais, retirando-lhes a autonomia e pressionando por resultados, em associação a uma política desumana de perda de direitos, de precarização das condições e de sobrecarga de trabalho e de adoecimento na categoria. A ausência de parâmetros reais e confiáveis de compreensão da complexidade da atividade pedagógica e de aprendizagem leva a políticas educacionais equivocadas e reducionistas, como é o caso da utilização das plataformas indiscriminadamente e que não permitem a melhora sistêmica de correção que as escolas precisam para avançar na produção da qualidade educacional tão desejada por todos(as).

Entendemos que a efetivação de uma educação de qualidade está diretamente relacionada às condições estruturais e éticas produzidas pela administração dos sistemas escolares. É necessária autonomia para se produzir aprendizagem. Como a atual administração da rede estadual – Seed – na prática pauta-se por uma visão tecnocrata, mecanicista e, portanto, reducionista e limítrofe do que seja educação, o resultado é a produção de pessoas subcidadãs ou empresárias de subsistência, quando não, excluídas e segregadas.

Nesse sentido:

REAFIRMAMOS NOSSOS DIREITOS À FAVOR DE UMA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DEMOCRÁTICA E AUTÔNOMA

E apresentamos as seguintes reivindicações e demandas:

- **Pelo fim das práticas assediadoras e punitivas da SEED.** Na busca da melhor performance sobre os resultados numéricos, o governo aplica uma lógica empresarial via uso e monitoramento das plataformas como Power BI, RCO, SERP, Redação Paraná, Inglês Paraná, Edutech, entre outras.

A exigência do uso destas plataformas e o cumprimento de suas metas, além de engessar o trabalho docente, tem adoecido os(as) de profissionais da educação e frustrado os(as) estudantes que esperam uma aula dialogada e dinâmica. Sucateia direito ao conhecimento.

- **Por infraestrutura e formação adequada.** A escola não tem a infraestrutura necessária para o funcionamento das plataformas como ferramenta à serviço da qualidade do ensino. Estas, devem ser ferramentas pedagógicas para a docência, de forma que os professores(as) não sejam apenas mediadores(as).

No que se refere à infraestrutura, além da falta de laboratórios, internet e equipamentos, as escolas não possuem técnicos em multimídias didáticas (Agente Educacional II), para dar o suporte aos(as) estudantes e docentes. No caso dos(as) estudantes, há uma realidade social que promove a disparidade de conhecimento tecnológico na sala de aula, em que muitos(as) não têm nenhum conhecimento de informática.

- **A suspensão das atividades de planejamento educacional** assim como as exigências de controle sobre as(os) professoras(es) como observação de sala de aula e controle da hora atividade. Queremos resgatar e a autonomia do trabalho docente e da equipe pedagógica;

- **O fim das tutorias nas escolas.** Nossas escolas possuem professoras(es) e pedagogas(os) altamente capacitadas(os) para realizar o acompanhamento pedagógico que produz aprendizagens significativas. Vamos lutar e resistir contra práticas que visem à vigilância, sujeição, dependência e burocracia sem o exercício crítico da realidade e do conhecimento. Exigimos o **fim da vigilância e das tutorias.**

- **A imediata substituição de profissionais (docentes de sala de aula, e professoras(es) pedagogos(as), funcionárias(os)) que se aposentaram ou saíram de licenças.** É inadmissível que as professoras(es) pedagogas(os) e funcionárias(os) façam a substituição dessas(es) profissionais, uma vez que, para o caso das licenciaturas específicas, não possuem habilitação adequada e para o trabalho pedagógico propriamente dito.

- **A retomada da jornada de trabalho das(os) professoras(es) pedagogas(os) e readaptadas(os) em hora-aula.** A Secretaria da Educação mantém que para cada padrão de 20 horas as(os) professoras(es) pedagogas(os) e professoras(es) readaptadas(os) deverão permanecer 5 horas a mais nas escolas. Itens da Resolução 02/2019 (GS/SEED) se sobrepõem à Lei 103/04 e permitem que

essa arbitrariedade seja cometida com estas(es) profissionais. A Seed justifica que a contagem da jornada de pedagogas(os) e readaptadas(os) deve ser calculada em hora-relógio, assim como fez ilegalmente com a jornada das(os) professoras(es). Exigimos o reconhecimento de nossa jornada em Hora-aula para toda a categoria.

- **Ampliação da hora atividade para os(as) docentes.** A hora-atividade deve ser aplicada conforme estabelecem a Lei 11.738/2008 (PSPN – que é de no mínimo 1/3 da jornada) e a lei 174/2014 a todos(as) os(as) professores(as) da rede, obedecendo a regulamentação da jornada de hora-aula de até 50 minutos.
- **A implantação de um (01) dia da jornada das(os) professoras(es) pedagogas(os) para a reorganização do Trabalho Pedagógico (OTP),** ou seja, um dia de trabalho semanal. A OTP se configura em tempo destinado para a realização de estudos e organização interna do trabalho das(os) professoras(es) pedagogas(os), equivalente a hora-atividade das professoras.
- **A revisão do porte escolar com atribuição de uma (01) pedagoga(o) a cada três (03) turmas** devido à sobrecarga de trabalho que está sendo exigida pelo aumento da burocracia instituída pela SEED nos últimos anos; uma (01) pedagoga(o) para Sala de Recursos e para cada projeto institucional da SEED (CELEM, PMA, HORA TREINAMENTO, entre outros).
- **A oferta de cursos de formação para as(os) professoras(es) e professoras(es) pedagogas(os) pela SEED em parceria com as universidades públicas.** O que está sendo oferecido está muito abaixo das nossas necessidades profissionais e da realidade das novas configurações de trabalho.
- **A retomada das reuniões coletivas das(os) professoras(es) e professoras(es) pedagogas(os) através dos NREs** e estadualmente, com a finalidade de realizar debates e troca de experiência em substituição ao programa de tutorias.
- **A imediata instituição de Grupo de Trabalho Educacional (GT) entre SEED e APP Sindicato.** É necessário para estudo das atribuições do trabalho das pedagogas(os) da rede estadual de ensino.
- **Revogação da Lei da Terceirização**
- **Suspensão imediata da classificação Professor Diamante**

Ancoradas(os) na concepção de que nossa profissão se estabelece na mediação entre o ensinar e aprender, buscamos práticas progressistas que corroboram historicamente para uma visão crítica da educação, autônoma, democrática, sobre a prática pedagógica, sobre o direito à educação e sobre a garantia da aprendizagem de todos os (as) cidadãos e cidadãs brasileiros(as) que estão na escola.

Nossa luta como parte do magistério é árdua! Requer o desafio constante na busca de nossa valorização e pelo reconhecimento dos princípios da Constituição Federal da educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todas as redes e sistemas de ensino.

Curitiba, 13 de maio de 2022

Direção Estadual da APP-Sindicato